



Um programa de governo

Andreazza, Tancredo e Maluf falam em retomada do crescimento. Mas nenhuma estratégia apresentada parece muito clara.

Os três candidatos à Presidência da República — Tancredo Neves (PMDB), Paulo Maluf e Mário Andreazza (PDS) — asseguram que adotarão medidas para a retomada do crescimento econômico do País, com a redução das desigualdades regionais e sociais. Mas a estratégia de ação de cada um ainda não está clara, à exceção de algumas definições de Maluf, já consideradas inviáveis por economistas e técnicos do próprio governo.

Para todos os candidatos, a retomada do crescimento implica renegociação da dívida externa brasileira em outras bases, mas os discursos são diferentes. Andreazza, ministro do Interior, passou a maior parte do tempo, depois que se declarou candidato, dizendo que era correto o tratamento que o governo estava dando à dívida externa e o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Ultimamente, até por uma questão de marketing, já que quase ninguém no País concorda com as posições do governo, passou a defender uma renegociação global da dívida e uma postura externa (entenda-se acordo com o FMI) que garanta a retomada do desenvolvimento.

Já o deputado Paulo Maluf tem uma posição diferente, embora sempre faça elogios à condução da política econômica como um todo. Ele garante que, se eleito, irá logo ao presidente dos Estados Unidos acertar novas bases de renegociação para a dívida, mesmo de bancos privados, pois entende que o governo americano é o ponto de partida para qualquer entendimento. Os economistas duvidam que a medida dê resultados.

Maluf diz, também, que vai conseguir exigências mais suaves do FMI — não explia como — e que

vai transformar uma parcela da dívida em capital de risco. Isto, ao lado da renegociação das taxas de juros e dos prazos, levará a uma redução do serviço anual da dívida — juros mais amortização — permitindo a retomada do crescimento interno. Maluf ainda não perguntou aos banqueiros credores do Brasil se eles concordam com sua proposta.

Tancredo Neves acha que para o Brasil voltar a crescer, é preciso renegociar o acordo com o FMI e a dívida com os bancos. Mas, adotando ponto de vista dos liberais, já descartou a possibilidade de declaração unilateral de moratória e rompimento com o Fundo, como propõem os economistas mais à esquerda do PMDB. Ele defende a formação de uma frente de devedores, embora não veja condições políticas para sua viabilização de imediato, e considera possível obter melhores bases para a dívida, estando disposto até mesmo a endurecer nas negociações.

Todos os candidatos falam em crescimento para gerar mais empregos, com maiores salários, criando melhores condições de vida, sobretudo para as populações carentes. Andreazza, pelo menos até aqui, deixou claro que sua política será quase a continuidade do que vem sendo feito pelo atual governo, o que significa, na prática, a manutenção da prioridade para a exportação, a fim de equilibrar as contas externas do País.

Maluf aposta num projeto desenvolvimentista que mude completamente a face do Brasil, acabando com a pobreza, dando educação, saúde e habitação para todos. Os economistas lembram, porém, que tudo isto implicará em pesados investimentos do setor público (diretos ou via financiamen-

tos), o que contraria totalmente os pressupostos do FMI e, por consequência, dos próprios bancos credores.

O deputado paulista ainda não deixou claro de onde irá retirar recursos para os seus planos desenvolvimentistas, que, num dos extremos, contempla até o estímulo às doações e contribuições das pessoas físicas e jurídicas às entidades e instituições sem fins lucrativos, cuja atividade principal seja a prestação de assistência aos carentes — como define o seu folheto "Promoção Humana: Conquista da Paz Social", do programa "Brasil Esperança".

Tancredo Neves já antecipou que seu governo será calçado no programa do PMDB, agora em acordo com a Frente Liberal. E prevê um plano de emergência, para, num curto espaço de tempo, retomar o crescimento econômico, levando, sobretudo, às populações mais carentes, condições de sobrevivência mais digna.

Na elaboração do seu progra-

ma, Tancredo será assessorado por pessoas com tendências diversas, como os economistas de esquerda Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, o senador Severo Gomes e o banqueiro Olavo Setúbal, do Banco Itaú, um dos maiores do País. Que ninguém espere um programa mais para a esquerda, se o governador mineiro mantiver a postura que vem adotando nos últimos anos.

Os candidatos prometem reduzir a inflação, hoje, de 217,9%, embora propostas concretas ainda não tenham sido feitas. Apenas Tancredo Neves admite que é boa a idéia do PMDB de desindexar a economia, ou seja, evitar que quase tudo no País — de salários a prestações do BNH, tarifas de serviços públicos, preços administrativos, cadernetas de poupança e papéis do mercado financeiro — seja automaticamente corrigido pela correção monetária, que, por sua vez, tem que estar próxima da correção cambial, ou seja, da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, (exigência do FMI), que

vem sendo substancial para facilitar nossas exportações.

"Desdolarizar" a economia, evitando que os reajustes internos tenham por base o dólar, é uma das alternativas apontadas por Tancredo Neves para tentar resolver a crise do Sistema Financeiro da Habitação, à beira da falência, tendo em vista os reajustes de prestações bem acima do valor da correção dos salários, comprimidos, também por exigência do FMI.

Tancredo considera que o problema do Sistema Financeiro é muito grave e admite que não tem, por enquanto, alternativa concreta para ele, prometendo levar o assunto ao estudo de seus assessores. Mário Andreazza, até mesmo porque não pode renegar tudo que fez nos quase seis anos à frente do Ministério do Interior, ao qual se subordina o BNH, afirma que o sistema é bom e estará completamente saneado no dia em que os salários voltarem a ser corrigidos de acordo com a inflação. Quer dizer, em sua opinião, o único problema do BNH é o salário dos trabalhadores.

Já Paulo Maluf garante que as prestações do BNH nunca, com ele no governo, irão subir mais do que os salários, aliás, subirão menos. Ele não disse, porém, como vai fazer para tapar o buraco financeiro daí resultante, pois, como se sabe, as prestações têm de pagar o que foi retido das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia dos trabalhadores, e utilizado nas construções financiadas pelo BNH, com correção monetária plena, mais juros.

Nenhum dos candidatos apresentou, por enquanto, alternativas para a solução dos problemas da Previdência Social, afundada em constantes déficits, que dificilmen-

te sera de menos de Cr\$ 1 trilhão ao final do atual governo.

Prometem os candidatos uma reforma tributária que dê mais autonomia e recursos aos Estados e municípios, e a redução da participação do Estado na economia, apoiando o desenvolvimento da iniciativa privada. Andreazza não avançou muito suas idéias sobre a estatização, enquanto Tancredo considera fundamental manter determinados setores estratégicos em mãos do governo, como energia, e transferir empresas para o setor privado, desde que de capital nacional. Desestatizar para Desnacionalizar, disse o governador, é preferível que fique em poder do Estado.

Maluf, que quer governar com políticos e empresários, minando o poder dos tecnocratas, que passariam a ser meros assessores, já chegou a dizer que, à exceção das áreas de petróleo, energia elétrica e siderurgia, assim mesmo sem o espírito de monopólio, tudo será desestatizado. Muito generoso, o deputado afirma que isso ocorrerá ainda que o governo precise financiar parte da entrega das atividades ao setor privado.

Maluf fala até em ouvir a opinião pública para definir os investimentos prioritários, logo ele que fez a Paulipetro, com todos os seus custos, para procurar petróleo onde se sabia que não havia, sem consultar ninguém. Andreazza não tem descido a detalhes de seu governo, mas promete desviar o rio São Francisco para perenizar rios do semiárido Nordeste, a custos não estimados. Assim como a Transamazônica e a Perimetral Norte, no seu tempo de ministro dos Transportes, que nunca, de fato, cumpriram as funções a que se destinavam. **David Renault**